

Fundação estatal expande Saúde da Família na Bahia

16/03/2009
Agência Saúde

Em visita a Salvador, ministro Temporão defende votação de projetos que tramitam desde 2007 e vão aprimorar prestação de serviços no SUS

O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, voltou a defender nesta segunda-feira (16), em Salvador (BA), a aprovação e regulamentação de duas ferramentas de gestão que vão resultar no aprimoramento do Sistema Único de Saúde (SUS): os projetos que tratam das fundações estatais de direito privado na saúde e da Emenda Constitucional 29, cujas propostas tramitam no Congresso Nacional desde 2007. Na capital baiana, Temporão participou da abertura do seminário "Os Municípios e a Saúde de Todos Nós: Promovendo a Política Estadual de Saúde da Bahia", durante o qual foi criada a Comissão Intermunicipal de Instituição da Fundação Estatal Saúde da Família (FESF).

O objetivo da FESF é estimular a expansão da Estratégia Saúde da Família (ESF) no estado da Bahia, onde atualmente as ações das equipes do programa cobrem 55% da população. Em todo o país, a ESF é desenvolvida em 94,1% dos municípios como a principal política do Ministério da Saúde para a reorientação do sistema a partir da atenção básica. Na avaliação do ministro Temporão, a Bahia inova ao propor um modelo de gestão focado nas fundações estatais, uma nova figura jurídica, pública, que permite uma administração mais ágil e a valorização dos profissionais de saúde.

"Esse deve ser um grande esforço de todos nós, gestores de saúde, para a melhoria das condições profissionais daqueles que trabalham no SUS e precisam se perceber, de fato, como parte imprescindível do sistema", afirmou Temporão, ao reforçar a necessidade de apreciação pelo Congresso Nacional do projeto (PLP 92/2007) que cria, na esfera federal, as fundações estatais de direito privado. O Ministério da Saúde deve utilizar essa figura jurídica para a administração de hospitais públicos.

De acordo com o Governo do Estado, 170 municípios baianos manifestaram interesse em desenvolver esse modelo de gestão e 55 deles já aprovaram legislações que permitem a implementação das fundações em nível municipal. "Esse é um modelo que todos os estados podem adotar para benefícios importantes à saúde da população", completou o ministro.

EC 29 – Durante a abertura do seminário, Temporão também convocou os gestores estaduais e municipais para um "esforço de mobilização" pela regulamentação da Emenda Constitucional 29 (PLC 89/2007), que definirá quais são os gastos específicos do setor saúde. Somente com a aplicação correta desses recursos, estima-se que a rede pública receberá um incremento de aproximadamente R\$ 5 bilhões dos governos estaduais. O texto também definirá um novo patamar de investimentos pelo governo federal, o que deve indicar outras fontes de financiamento.

Segundo o ministro, o Brasil gasta pouco no financiamento da saúde, investindo apenas 3,6% do seu PIB (Produto Interno Bruto). O total foi comparado aos 8% do PIB desembolsados pela Inglaterra e aos 17%, pelos Estados Unidos. No panorama nacional, uma pesquisa de 2008 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) apontou que a despesa de consumo final com bens e serviços de saúde, em 2005, foi de R\$ 171,6 bilhões. Desse total, as famílias gastaram R\$ 103,2 bilhões e a administração pública, R\$ 66,6 bilhões.

SEMINÁRIO – Promovido pela Secretaria Estadual de Saúde da Bahia, o seminário "Os Municípios e a Saúde de Todos Nós: Promovendo a Política Estadual de Saúde da Bahia" reúne, até amanhã (17), no Centro de Convenções de Salvador, prefeitos e secretários municipais de saúde. O encontro pretende promover a troca de experiências na gestão da saúde pública e destacar as ações compartilhadas entre os Municípios e o Governo do Estado.

A concepção do seminário reflete as características do SUS, um modelo descentralizado de saúde em que a adequada gestão do sistema pelo Município é fundamental para a qualidade da oferta dos serviços. Na ocasião, o ministro José Gomes Temporão também convidou os gestores de saúde a participarem da convocação feita pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a redução, em 5% por ano, da mortalidade infantil na região Nordeste e Amazônia Legal.

Durante o seminário, também foram anunciadas a distribuição de 14 mil jalecos para profissionais de saúde; a criação da Política Estadual de Assistência Farmacêutica; a assinatura de portaria que institui nova relação estadual de medicamentos no SUS (passando de 37 tipos de medicamentos, em 2007, para

82, em 2009) e a implementação de programa que prevê a entrega de medicamentos nas residências dos pacientes atendidos pelo SUS na Bahia.

COMPLEXO MUNICIPAL – No início dessa manhã, Temporão participou da inauguração do Complexo Municipal de Vigilância à Saúde. Em uma área três mil metros quadrados, a unidade contará com importantes estruturas para a saúde pública em Salvador:

Laboratório Central de Análises Clínicas

Laboratório de Análise da Água Para Consumo Humano

Central de Estoque de Vacinas

Central de Exames de Alta e Média Complexidade

Até a formação do Complexo Municipal de Vigilância à Saúde, os exames, na rede de saúde de Salvador, eram feitos de forma descentralizada. A configuração desse novo modelo permitirá, entre outros benefícios, a sistematização e articulação dos exames realizados. Além das novas estruturas, o Complexo Municipal de Vigilância à Saúde abrigará unidades como Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, Central de Regulação Municipal e equipe do Programa de DST/Aids.

Por Luciana Carvalho e Renatha Melo, da Agência Saúde.

Outras informações

Atendimento à Imprensa

(61) 3315 3580 e 3315 2351

jornalismo@saude.gov.br